

VALE ESTA
(Emenda alterada)

22h 18

PROJETO DE LEI Nº 2.729, DE 2011.

Dispõe sobre a redução a 0 % (zero por cento) das alíquotas das Contribuições Sociais para o Pis/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte municipal local.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO

Nº 1

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços regulares de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário e ferroviário de passageiros. *aqui*

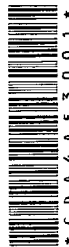
Parágrafo único. O disposto no **caput** alcança também as receitas decorrentes da prestação dos referidos serviços no território de região metropolitana regularmente constituída.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda aqui apresentada objetiva substituir os dois PL em supracitados, que tratam da desoneração do PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre as receitas de serviços de transporte urbano municipal. Atualmente a carga impositiva desses tributos é enquadrada no regime cumulativo, com alíquotas do PIS/Pasep de 0,65% e do Confins de 3,0%, conforme dispõe o inciso XII do art. 10 e o inciso V do art. 15 da Lei nº 10.833, de 2003.

O PL n.º 2.729, de 2011, no seu art. 1º, trata de forma mais genérica os modais de transporte que podem usufruir do benefício tributário, pois dispõe que abarcará “... *as receitas decorrentes da atividade de transporte municipal local*”. Desta forma, a redação do PL é imprecisa, pois possibilita diversas modalidades de transporte municipal, mesmo que não seja coletivo possa gozar da alíquota zero do PIS/Pasep e da Cofins.




ce

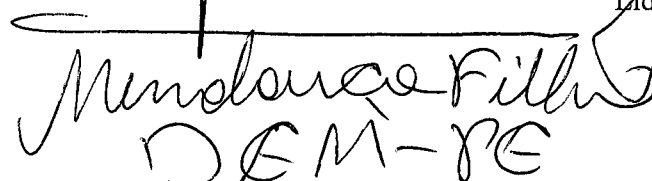
O PL n.º 2.998, de 2011, corrige a redação genérica do PL anterior, ao dispor no seu art. 1º explicitamente que as alíquotas zero das contribuições incidirão sobre a “... a receita bruta decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo municipal urbano de passageiros.” O PL em comento também avança em fixar um período de prazo de cinco, atendo disposto art. 91, §1º da Lei n.º 12.708, 2012, (LDO de 2013). Entretanto, o PL não apresenta dispositivo que o permita atender o inciso II do art. 5º e dos arts. 14 e 17 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal).

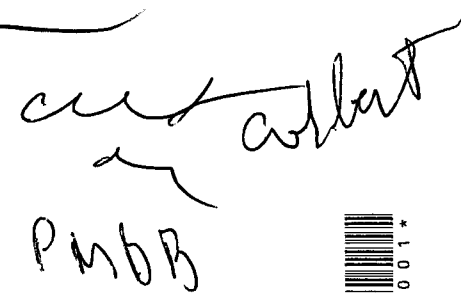
Os PLs em comento são meritórios, pois reduzem a carga tributária incidente sobre transporte coletivo urbano de passageiros e, portanto, se espera a redução do preço das passagens para os usuários. Entretanto, essa matéria é tratada igualmente na MP n.º 617, de 31 de maio de 2013. Essa MP prevê igualmente a redução a zero (0%) das Contribuições para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita “...da prestação de serviços regulares de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário e ferroviário de passageiros.” (grifo nosso). Ou seja, a MP n.º 617, que já tem força de lei e produz efeito, reduz a zero as alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins para uma gama ampla e definida de transportes terrestres em municípios e regiões metropolitanas, inclusive o transporte metroviário e ferroviário.

A emenda aqui apresentada cópia a redação original da MP n.º 617, pois esse diploma legal define com maior precisão os tipos de transporte urbanos alcançados pela desoneração do PIS/Pasep e da Cofins, e apresenta melhor adequação a técnica legislativa.

Sala das Sessões em,


Deputado JOSÉ GUIMARÃES PT/CE
Líder do PT


DEM-PE


PMBB

